

Nexus Econômicos
v. 16, n. 2, jul-dez. 2022
p. 8–37
doi.org/10.9771/rene.v16i2.55673



A inexorável unidade do valor: valores econômicos e não-econômicos na vida social

The inexorable unity of value: economic and non-economic values in social life

Mariana Andrade¹

Resumo: O presente texto objetiva abordar as formas econômica e não-econômica do valor na sua relação com o dever. Trata-se de uma abordagem ontológica que toma como base as obras de maturidade do filósofo húngaro György Lukács. Metodologicamente, emprega-se nele a técnica da leitura imanente. Com isso, chega-se à demonstração de que, em Lukács, o dever e o valor operam dialeticamente, de modo que a existência de um pressupõe inevitavelmente a existência do outro. Ambos formam parte dos atos teleológicos que estão na base da ação humana nas diversas formas da práxis social. Mostra-se ainda que, para Lukács, o dever e o valor econômico trazem à existência, necessariamente, em cada etapa histórica, deveres e valores superiores – econômicos e não-econômicos – como resultado do metabolismo social que os seres humanos realizam com a natureza que leva ao crescimento progressivo das forças produtivas e ao complexo desenvolvimento da totalidade da sociedade.

Palavras-chave: Lukács; Formas ontológicas do valor e do dever; Valores econômicos e não-econômicos.

Abstract: The present text aims to address the economic and non-economic forms of value in their relation to duty. It is an ontological approach based on the mature works of the Hungarian philosopher György Lukács. Methodologically, it employs the technique of immanent reading. This leads to

¹Professora adjunta do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.
Autor(a) correspondente, *Email:* mariana.andrade@fsso.ufal.br .

the demonstration that, in Lukács, duty and value operate dialectically, so that the existence of one inevitably presupposes the existence of the other. Both are part of the teleological acts that underlie human action in the various forms of social praxis. It is also shown that, for Lukács, duty and economic value necessarily bring into existence, at each historical stage, higher duties and values – economic and non-economic – as a result of the social metabolism that human beings carry out with nature that leads to the progressive growth of productive forces and the complex development of the totality of society.

Keywords: Lukács; Ontological forms of value and duty; Economic and noneconomic values.

JEL codes: A13; B31; Y90.

I Comentários introdutórios

O texto que se segue a esses comentários introdutórios, composto apenas de duas partes, Dever e valor econômico superior e Dever e valor não-econômico, integram o capítulo 2 – “Dever e Valor”, seções 3 e 4, do livro *Ontologia, dever e valor em Lukács*, publicado pelo Coletivo Veredas, em 2016 (ANDRADE, 2016a)². O referido livro foi publicado como parte dos resultados da tese de doutoramento intitulada *Lukács: reprodução social e valor*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2016, disponível atualmente no sistema de documentação Minerva (ANDRADE, 2016b)³

O percurso teórico que resultou na referida tese de doutoramento se iniciou muito antes, no ano de 2008, período em que ingressei no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, nível mestrado, da Universidade Federal de Alagoas (ANDRADE, 2011). Naquele momento, iniciei de fato os meus estudos sobre a obra de maturidade do filósofo húngaro György Lukács. Para isso, tive que enfrentar algumas dificuldades. Na ocasião, ainda não dispúnhamos de uma tradução completa para a língua portuguesa das obras de maturidade do filósofo magiar, *Prolegomena Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins: Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie* (LUKÁCS, 1986a) e *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins* (LUKÁCS, 1986b). Somente mais tarde, em 2012, a editora Boitempo publicou *Para uma ontologia do ser social I* (LUKÁCS, 2012) e, em 2013, *Para uma ontologia do ser social II* (LUKÁCS, 2013). Posteriormente, em 2018, o Coletivo Veredas publicou a segunda tradução (bilíngue: português-alemão) das

²O livro se encontra disponível para download em: <https://coletivoveredas.com.br/livrospdf/>

³O link para acesso é: <https://minerva.ufrj.br>.

referidas obras sob os títulos: *Prolegômenos para a ontologia do ser social: questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível* (LUKÁCS, 2018a) e *Para a ontologia do ser social* (LUKÁCS, 2018b). De início, este fato dificultou enormemente os estudos sobre uma obra tão complexa e profunda como a *Ontologia* de Lukács.

Se agora, felizmente, podemos contar com duas traduções brasileiras dos *Prolegômenos* e da *Ontologia*, no momento em que escrevia os textos, tanto da dissertação como da tese, tive que me valer da tradução italiana das obras (*Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale. Questioni di principio di un' ontologia oggi divenuta possibile* e *Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale*), de capítulos traduzidos para o espanhol (“*El trabajo*” e “*La alienación*”) e de capítulos soltos, traduzidos para o português (“Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, “O trabalho” e “A reprodução”), até aquele momento, a maioria deles sem publicação editorial. Devido a essa dificuldade, nos meus escritos desse período, optei por realizar as citações das obras fazendo um cotejamento a partir da versão alemã e sempre indicando o ano e a página da publicação das obras a partir desta versão, que é a versão original.

Por conta dessas questões, e também devido às sucessivas fragmentações pelas quais o meu texto original, o da tese de doutoramento, passou, parece-me importante fazer esses comentários introdutórios sobretudo para deixar bem marcada a concepção ontológica lukacsiana também no que se refere ao dever e ao valor em geral e, portanto, ao dever e ao valor econômico e não-econômico, objeto deste texto fragmentário.

O primeiro aspecto importante a destacar é que, para demonstrar a função social do dever e do valor econômico e não-econômico na sociedade, Lukács parte de uma concepção de mundo materialista histórico-dialética. Tal concepção, tem como pressuposto necessário a prioridade do ser sobre a consciência, em outras palavras, do ser social sobre a consciência social. Ou seja, de acordo com tal concepção há ser sem consciência, mas não há consciência sem ser, o que, todavia, de modo algum, implica numa subordinação hierárquica da consciência ao ser. Veremos que com o desenvolvimento social em geral, em decorrência do dever e do valor econômico e não-econômico a cada vez objetivado, surgem várias formas da consciência que em certos momentos pode inclusive chegar a figurar como os princípios determinantes da objetividade social. Estas formas não são senão modos de reação humana ao objetivamente existente, independentemente da consciência.

Um dos aspectos mais significativos da concepção materialista histórico-dialética de Lukács sobre o dever e do valor econômico e não-econômico é a consideração da historicidade do ser. Para Lukács, esse ser que existe objetivamente, independente da consciência, e na sua relação com ela, é um ser histórico, e sendo assim, a ontologia materialista histórico-dialética como ontologia do ser social pressupõe, necessariamente, uma ontologia geral. Por isso, para demonstrar o quê e como do dever e do valor econômico e não-econômico na sociedade, independentemente de suas formas históricas determinadas, Lukács procura antes de tudo desvelar a conexão e a diversidade dos três grandes tipos de ser (natureza inorgânica, orgânica e sociedade) como fundamento da dialética da vida social. Ao fazer isto, Lukács encontra o ser humano como o elo imediato, e também mediado, da relação, da interação e da inter-relação entre as três grandes esferas de ser que são tão diferentes entre si.

Outro aspecto decisivo da ontologia lukacsiana é que nela fica demonstrado que o trabalho é a categoria fundante do ser social, ou seja, do tornar-se humano, do próprio ser humano como processo de devir, em outros termos, do trabalho como categoria ontogenética da práxis social. Em Lukács, o trabalho se revela como a forma primária da objetivação e o modelo de toda a práxis social, uma vez que, é o intercâmbio ineliminável do ser humano com a natureza, de modo que sem trabalho não há ser social, não há dever nem valor econômico e não-econômico etc., portanto, não há história. O trabalho é a forma primária da teleologia⁴ e esta é a sua categoria. Ao mesmo tempo, com o ato originário do trabalho surge pela primeira no ser uma dualidade decisiva: aquela entre o ser e o seu reflexo na consciência. Esta separação é decisiva para todas as formas de objetivação e de exteriorização existentes no ser social, inclusive para aquelas do dever e do valor econômico e não-econômico. A dialética de objetivação e exteriorização com seus efeitos e resultados possibilita, pois, o progressivo socializar-se do ser social, processo que, por sua vez, conduz ao constante afastamento da barreira natural.

Aspecto determinante aqui é que o constante afastamento da barreira natural como resultado dos atos teleológicos singulares postos dentro e fora da esfera do trabalho – e sintetizados em cadeias causais, na base das quais opera sempre o acaso – conduz inevitavelmente à reprodução dos dois polos da reprodução social: do indivíduo e da totalidade social. Em tal reprodução, o dever e o valor econômico e não-econômico desempenham um papel determinante. Na reprodução

⁴Sobre a categoria da teleologia em Lukács, consultar o item 1.4 de [Andrade \(2016b\)](#).

do indivíduo e, portanto, do gênero humano, e também na reprodução da totalidade social, a economia cumpre o papel de momento predominante⁵. Como sistema de mediações que articula todos os objetos, as relações, os complexos, as inter-relações etc., que formam a base da reprodução biológica do indivíduo e da reprodução da totalidade da sociedade, através do trabalho e da divisão do trabalho, a economia forja, a cada vez, um conjunto de complexos sociais parciais, entre eles os deveres e valores econômicos, os quais trazem à existência consigo, simultaneamente, deveres e valores não-econômicos, de modo que estes só podem existir na base daqueles. Os deveres e os valores econômicos, na medida em que surgem do trabalho e da divisão do trabalho para garantir, imediata e necessariamente, a reprodução biológica do indivíduo e, portanto, do gênero humano, e, mediadamente, a reprodução social como um todo, são o momento predominante em relação a todos os deveres e valores sociais existentes a cada vez.

Na dialética dos valores sociais, são os valores econômicos que, em última instância, predominam no todo da realidade social. Porém, embora a forma concreta originária, primária do valor seja em si e por si um valor econômico, o valor de uso, a própria dialética das formas econômicas de valor sempre traz consigo à existência formas de valores não-econômicos (os valores morais, éticos, artísticos etc.). Estas formas, por mais abstratas que sejam, sempre pressupõem os valores econômicos e são, em última instância, determinados por eles, mas podem, igualmente, a depender das circunstâncias históricas da produção e da reprodução social, determinar, em certa medida, os valores econômicos. Não obstante isso, em Lukács, as diversas formas de valores sociais (econômicos e não-econômicos) sempre estão em uma articulação inexorável com o dever. Como momento do se e do como da objetivação, o dever sempre age sobre o sujeito determinando o seu comportamento. Ao mesmo tempo, como o sujeito sempre age em relação a um futuro definido, isto significa que o dever (o Estado, o direito etc., bem como outras formas do dever em geral) sempre interfere nas escolhas do sujeito e, por isso, a depender da correção ou da falsidade do reflexo da realidade, da concepção de mundo, dos traços da personalidade etc. desse sujeito, nas suas decisões alternativas, ele recusa ou reforça determinados valores (econômicos e não-econômicos) que, por seu turno, constituem historicamente a realidade objetiva.

⁵Sobre a categoria do momento predominante, consultar Andrade (2014), disponível em: <https://anuariolukacs.com.br/arquivo/>

Em contrapartida, em relação aos atos teleológicos, enquanto o dever determina a práxis subjetiva, dentro e fora do processo de trabalho, o valor econômico determina o se e como do predomínio do dever sobre a práxis subjetiva imediata. Em outros termos, é o valor que estabelece o dever como critério da práxis. Isto significa que em cada etapa histórica do desenvolvimento reprodutivo social os valores econômicos determinam o modo de comportamento do sujeito. Porém, deve-se sempre considerar que ao sujeito, através da sua práxis e devido às suas decisões-alternativas, sempre está dada a possibilidade de recusar ou reforçar a forma do valor que, em última instância, estando na base social, determina o seu comportamento. Se pensarmos na sociedade capitalista, por exemplo, vemos que o predomínio da relação-capital, do valor de troca, da propriedade privada dos meios de produção e de subsistência, do mercado mundial etc. não é uma necessidade inelutável do desenvolvimento histórico, mas é antes uma forma histórica socialmente determinada da produção e da reprodução social, cuja possibilidade de superação está sempre posta no horizonte, embora a sua passagem da possibilidade à realidade dependa sempre do necessário revolvimento social que os seres humanos conscientemente orientados na sua práxis política e econômica podem e devem promover.

Como complexo de complexos formado de complexos sociais parciais de diversas espécies, o ser social origina deveres e valores muito variados. Essa diversidade dos deveres e valores sociais adquire uma maior complexidade quando levamos em consideração o fato de que eles cumprem funções sociais que podem ser de caráter ideologizador e até mesmo alienante dos sujeitos sociais, especialmente a partir do momento em que ocorre a separação da sociedade em classes sociais antagônicas e irreconciliáveis. Nesse sentido, em muitas ocasiões Lukács mostra como o surgimento das classes sociais leva ao aparecimento de conflitos sociais cuja base econômica da sociedade – em outras palavras, a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência – frequentemente leva os indivíduos a decidirem entre alternativas, dentro e fora do trabalho, que reforçam determinadas formas de deveres e valores que conservam o *status quo* como tal, processo no qual, a ideologia e a alienação, entendidas no sentido lukacsiano, desempenham um papel decisivo.

Não obstante isso, Lukács evidencia ainda que são os mesmos sujeitos que – sendo os sujeitos que realizam a decisão-alternativa – também podem, por isso, recusar esse mesmo *status quo*. Em face dos aspectos gerais apontados aqui, podemos perceber que, em Lukács, o valor forma uma unidade do diverso; que ele jamais pode ser compreendido

separadamente das formas do dever; que ele não tem nunca um caráter puramente econômico, mas que, pelo contrário, o valor econômico sempre traz à existência consigo formas não-econômicas do valor. Ou seja, em Lukács, do ponto de vista da análise do valor, não há nenhum economicismo. Há, pelo contrário, uma dialética dos valores segundo a qual, em última instância, predomina no todo da vida social o valor econômico, sobretudo porque, como produto do trabalho, isto é, do metabolismo da sociedade com a natureza, ele é o meio pelo qual os seres humanos criam as condições da sua própria reprodução humano-biológica, indo, todavia, além dela.

II Dever e valor econômico superior

Segundo Lukács, o desenvolvimento reprodutivo social necessariamente dá origem a formas mais complexas do valor econômico que, embora não estejam mais exclusivamente ligados ao metabolismo da sociedade com a natureza, sempre o pressupõe como o seu fundamento ineliminável. A forma mais geral que surge deste desenvolvimento é o valor de troca.

Não abordaremos aqui o complexo de mediações que leva o valor de troca a se transformar na categoria universalmente determinante das relações sociais entre os humanos, voltaremos a alguns aspectos desta discussão na parte seguinte do texto. Interessa-nos agora, sobretudo, demonstrar como, a partir do movimento das categorias, dos complexos sociais que as diferentes posições teleológicas trazem à existência, consolidam-se as bases do surgimento e desenvolvimento da estrutura categorial própria do ser social, a totalidade social, e como estas bases estão inexoravelmente ligadas ao valor e às posições de valor.

A divisão do trabalho produz, por si, valores. Estes, na medida em que o processo reprodutivo social avança, vão se tornando cada vez mais abstratos em relação ao valor elementar, o valor de uso. Todavia, o tornar-se abstrato dos valores econômicos superiores, não elimina sua conexão com a base natural geral, tampouco suprime sua concretude. Estes valores, ainda que permaneçam ontologicamente articulados ao metabolismo com a natureza, não são, todavia, um produto mecânico deste metabolismo. Ainda que os valores de uso possuam prioridade ontológica em relação às formas superiores do valor econômico, tal prioridade não impede jamais que as formas superiores do valor econômico, ao longo do processo reprodutivo social, exibam sua especificidade própria e cheguem, inclusive, a exercer sob o valor elementar, o valor de uso, determinação predominante.

Tratando da relação entre dever e valor, Lukács argumenta que o dever é sempre ligado a uma individualidade que, no processo de objetivação do valor, decide entre as alternativas. A decisão-alternativa do sujeito é, pois, uma conexão ontológica necessária (além do conhecimento, etc.) que articula dever, individualidade e valor. A existência do valor está, por isso, indissoluvelmente articulada ao caráter alternativo da práxis social. Diz Lukács: “o valor se relaciona de modo indissociável com o caráter alternativo da práxis social.” Lukács (1986b, p. 79). Estas alternativas no trabalho simples se dirigem à objetivação de valores de uso que são, em-si, formas objetivas de objetividade social e não têm nenhuma relação com valores puramente subjetivos. É esta sua objetividade que põe as bases para avaliarmos se, no processo de objetivação, as alternativas orientadas para o valor eram certas ou erradas.

Em Lukács, as decisões-alternativas originadas no trabalho são essencialmente distintas das decisões-alternativas presentes nas posições teleológicas secundárias. Enquanto as primeiras se dirigem, predominantemente, à transformação da própria natureza, as segundas têm como finalidade transformar a consciência de outros seres humanos para que estes possam realizar posições teleológicas desejadas. As formas superiores do valor econômico têm como base o entrelaçamento, de modo muito variado, e por isso bastante complexo, de ambas as formas de posições. Este entrelaçamento produz como consequência não apenas a complexificação das relações sociais aí envolvidas, mas, também, e ao mesmo tempo, a complexificação do valor e das posições de valor que surgem desta interação. Isto, todavia, não elimina a objetividade social dos valores. Quanto ao ser, estes são tão objetivos quanto os valores imediatamente ligados ao metabolismo com a natureza. Contudo, o modo como estes valores alcançam a sua objetividade transforma consideravelmente sua qualidade de ser. O caráter desta transformação, para Lukács, diz respeito, sobretudo, ao “modo” e ao “sentido” das “mediações e realizações” que a divisão do trabalho, enquanto *medium* originário destas posições, gradualmente efetua no seu contínuo explicitar-se. Vejamos a respeito disto o que afirma Lukács:

Queremos demonstrar aqui apenas um exemplo metodológico para o modo e o sentido das novas mediações e realizações que surgem. Tomemos na sua forma mais geral aquilo que Marx chama a “metamorfose das mercadorias”, a simples compra e venda das mercadorias. Para que se torne

possível um intercâmbio de mercadorias [*Warenverkehr*] na base do valor de troca e do dinheiro, deve existir na sociedade uma divisão do trabalho. No entanto, diz Marx: “A divisão social do trabalho torna o seu trabalho (do possuidor da mercadoria) tão unilateral quanto tornou variadas as suas necessidades”. Esta elementar e contraditória consequência da divisão do trabalho cria um estado de fato no qual aqueles atos objetivamente conexos, compra e venda, na prática se separam, tornam-se reciprocamente autônomos, casuais um em relação ao outro. “Ninguém tem necessidade de comprar imediatamente, somente pelo fato de ter vendido”, diz Marx. Vê-se, então: “Que os processos que se contrapõem independentemente um do outro constituem uma unidade interna, mas, significa, também, que sua unidade interna se move em contraposições externas”. E neste lugar Marx observa que esta forma inclui “a possibilidade, mas somente a possibilidade, da crise”. (A sua realidade requer de fato relações que não podem ainda existir no nível da simples circulação das mercadorias [*Warenzirkulation*]) (LUKÁCS, 1986b, p. 73–74).

A divisão do trabalho, sabemos, alcança o seu ponto mais elevado de desenvolvimento na sociedade capitalista. Sua existência nesta formação social se articula ao valor de troca, às relações de troca, ao dinheiro, ao mercado mundial, etc. Do complexo de determinações aí operante e, em relação com as observações ora feitas por Lukács, interessa-nos especialmente evidenciar um único aspecto, o fato de que a divisão do trabalho “mediada e posta em movimento pelo valor de troca” produz uma consequência necessária: “o princípio do governo de tempo mediante seu melhor aproveitamento” (LUKÁCS, 1986b, p. 75).

Após Marx, Lukács reconhece “o princípio do governo de tempo” como uma lei geral da economia. Para ele, o modo de manifestar-se desta lei em cada momento histórico-concreto do desenvolvimento das relações econômicas e sociais é certamente muito distinto e depende fundamentalmente do modo como os seres humanos, para satisfazer às suas necessidades de vida, põem em ação o desenvolvimento das forças produtivas que acontece inseparavelmente articulado ao desenvolvimento das capacidades humanas.

Para demonstrar o caráter geral do “princípio do governo de tempo” como lei econômica geral, Lukács recupera a seguinte afirmação marxiana nos *Grundrisse*:

Economia de tempo, diz Marx, a isto se reduz, enfim, toda a economia. Como a sociedade deve repartir o seu tempo de maneira planejada para conseguir uma produção adequada ao conjunto das suas necessidades, também o indivíduo singular deve repartir corretamente o seu tempo para procurar conhecimentos em proporções adequadas ou para satisfazer as múltiplas exigências da sua atividade. Economia de tempo e divisão planejada do tempo de trabalho nos diversos ramos da produção permanece, pois, a primeira lei econômica em função da produção social (MARX, apud LUKÁCS, 1986b, p. 75).

Sobre esta passagem do texto marxiano, Lukács argumenta:

Marx, aqui, se refere à lei da produção social. E com razão, uma vez que, os efeitos causais dos diversos fenômenos [*Erscheinungen*] se sintetizam exatamente nesta lei, por esta via retroagem sobre os atos singulares, determinando-os, e o singular deve, se não quiser se arruinar, adequar-se a esta lei (LUKÁCS, 1986b, p. 75).

De acordo com Lukács, a “economia de tempo” enquanto “lei da produção social” implica uma “relação-valor”. Diz ele: “economia de tempo significa, porém, que há relação-valor [*Wertverhältnis*]” (LUKÁCS, 1986b, p. 75). Por “relação-valor”, lembremos, Lukács compreende a relação que envolve sempre e fundamentalmente dever, individualidade e valor⁶ existente e cuja consequência necessária, especificamente no âmbito do trabalho, é, do lado do mundo dos objetos, o desenvolvimento das forças produtivas e, do lado do sujeito, a formação e desenvolvimento de suas capacidades especificamente humanas.

Lukács descreve a objetivação da “relação-valor” ainda no trabalho simples da seguinte forma:

Já o trabalho simples, voltado apenas para o valor de uso, é um submeter [*Unterwerfen*] da natureza pelo ser humano, para o ser humano, tanto na medida em que a transforma segundo as próprias necessidades, como na medida em que passa a dominar os seus instintos e afetos

⁶Para Lukács, o valor “é uma relação social entre finalidade, meio e indivíduo e por isso possui um ser social” (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

puramente naturais e, por este meio, começa a formar as suas capacidades especificamente humanas (LUKÁCS, 1986b, p. 75).

Na esfera econômica, na medida em que a “relação-valor” se desdobra, o “princípio do governo de tempo” revela-se cada vez mais o seu regulador ontológico fundamental. Todavia, o caráter geral deste princípio só gradualmente torna-se manifesto para a consciência humano-parcial. De início, desenvolve-se de modo predominantemente espontâneo em relação à consciência humano-parcial. Porém, pouco a pouco, vai se tornando uma força cada vez mais evidente para os seres humanos e, com o tempo, mais especificamente na sociedade capitalista, atinge o ponto em que o seu “melhor aproveitamento”, quer dizer, a sua manipulação consciente, revela-se condição imprescindível à acumulação do capital.

Segundo Lukács, “o fato objetivo de que a legalidade econômica tende à economia de tempo” produz, por sua vez, consequências necessárias, dentre as quais, citamos aquela mais importante e que está na sua base: o desenvolvimento, no mais alto grau, da divisão do trabalho. “O fato objetivo de que a legalidade econômica tende à economia de tempo, realiza diretamente a divisão do trabalho melhor possível na sociedade, isto é, faz surgir a cada vez um ser social num nível de socialidade sempre mais pura” (LUKÁCS, 1986b, p. 75).

Para Lukács, portanto, a interação ontologicamente necessária entre “relação-valor” e “economia de tempo”, na medida em que se mostra uma tendência da legalidade econômica, termina por realizar na sociedade “a divisão do trabalho melhor possível”. Segundo ele, este desenvolvimento é já no seu ser-em-si um progresso e expressa o espontâneo seguir adiante do ser social na sua autoexplicitação, o seu distinguir-se cada vez mais do ser natural em geral. Objetivamente, ele implica o movimento das categorias sociais em direção à sua plena realização, quer dizer, implica na passagem do ser-em-si ao ser-para-si das categorias econômicas.

A respeito do movimento que as categorias sociais desdobram ao longo do seu desenvolvimento objetivo, diz Lukács:

Tal movimento é, então, objetivamente, a prescindir do modo como o interpretam as pessoas que dele participam, um passo adiante na realização das categorias sociais do seu original ser-em-si [*Ansichsein*] a um ser-para-si [*Fürsichsein*] sempre mais ricamente determinado, sem-

pre mais efetivo. Mas, a encarnação adequada deste ser-para-si [*Fürsichseins*] da socialidade desenvolvida, que alcançou a si, é o próprio ser humano. Não o abstrato [*abstrakte*], que nunca existiu, o ídolo do ser humano isolado, do ser humano em geral, ao invés, o ser humano na sua concreta práxis social, o ser humano que com as suas ações e nas suas ações encarna, torna realidade a humanidade [*Menschengeschlecht*] (LUKÁCS, 1986b, p. 75–76).

Sem poder ressaltar aqui outros aspectos relevantes que surgem no processo reprodutivo social a partir do movimento das categorias sociais econômicas, cabe salientar que este movimento que conduz o ser social do ser-em-si ao ser-para-si encontra a sua conexão fundamental no próprio ser humano. É este que através da sua práxis social concreta encarna e, portanto, torna real o gênero humano como gênero não mais mudo, como gênero que se produz a si mesmo.

Retornemos então ao que antes vínhamos discutindo, a interação entre “relação-valor” e “economia de tempo” enquanto princípio econômico geral do ser social. Nesta interação se revela uma conexão fundamental para o ser social: a conexão ontologicamente incidível entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento das capacidades humanas.

Diz Lukács:

Marx sempre viu com clareza esta relação entre a economia e aquilo que a vida econômica produz no próprio ser humano. Em relação direta, no plano conceptual, com o trecho acima citado acerca da economia de tempo como princípio de valor do econômico [*Wertprinzip des Ökonomischen*], ele escreve: “A economia real... consiste em poupar [*Ersparung*] tempo de trabalho... mas este poupar [*Ersparung*] é idêntico com o desenvolvimento da força produtiva. Não se trata, então, de modo algum, de renúncia ao prazer, mas de desenvolvimento da força [*power*], de capacidades para a produção e, por isso, tanto das capacidades, quanto dos meios de desfrute. A capacidade de desfrutar é uma condição para desfrutar, a saber, o seu primeiro meio e esta capacidade é o desenvolvimento de um talento individual, força produtiva. Poupar tempo de trabalho equivale ao aumento do tempo livre, ou seja, do

tempo dedicado ao desenvolvimento pleno do indivíduo [*Individuums*], desenvolvimento que por sua vez reage como máxima força produtiva sobre a força produtiva do trabalho” (MARX, apud LUKÁCS, 1986b, p. 76).

Quanto à conexão ontológica entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento das capacidades humanas ressaltada por Lukács, desde a acepção marxiana, importa-nos imediatamente destacar um aspecto, a nosso ver, fundamental: o fato de que a interação entre “relação-valor” e “economia de tempo”, quando observada do ponto de vista do desenvolvimento histórico-concreto mais amplo, termina por se identificar com o desenvolvimento das forças produtivas. A propósito de tal aspecto Lukács cita Marx dos *Grundrisse*:

Quanto menor é o tempo que a sociedade necessita para produzir trigo, gado etc. tanto maior o tempo que ela ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Como para o indivíduo singular [*einzelnen Individuum*] a omnilateralidade [*Allseitigkeit*] do seu desenvolvimento, do seu desfrute e sua atividade depende de poupar tempo [*Zeitersparung*]. Economia de tempo, nisto se resume enfim toda a economia (MARX, apud LUKÁCS, 1986b, p. 155).

Em termos gerais, a interação “relação-valor” e “economia de tempo” deriva, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas, que ocorre sempre em conexão incidível com o desenvolvimento das capacidades humanas, implica, por sua vez, no fato de que os humanos passam a dispor de um maior tempo livre que pode ser utilizado para desenvolver outras produções, materiais e espirituais, e isso vale tanto para o indivíduo singular, como para a totalidade da sociedade⁷. Tal desenvolvimento, independentemente dos obstáculos que ele mesmo produz, consolida-se, com o tempo, de um lado, como crescimento da capacidade vital da socie-

⁷Nossa intenção é aqui, sobretudo, ressaltar, o fato já constatado por Marx, e também por Lukács, de que a conexão incidível entre trabalho e economia de tempo, na medida em que provoca o desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas, conduz, espontânea e necessariamente, a um maior tempo livre do qual não só os indivíduos singulares, mas, toda a sociedade, pode dispor para desenvolver-se material e espiritualmente também em outros aspectos que estão para além da esfera da produção econômica. Tal constatação não entra em contradição com o fato de que, nas sociedades de classes, também este tempo livre se torna objeto das posições teleológicas da classe dominante, sendo também ele utilizado como meio de intensificação de tal dominação.

dade no seu todo e, de outro lado, como difusão e aprofundamento das capacidades individuais dos seres humanos singulares.

Independentemente dos problemas singulares que derivam em cada formação social da necessária interação concreta entre “relação-valor” e “economia de tempo” importa-nos aqui antes salientarmos o fato de que a “indissolúvel conexão, em geral necessária” (LUKÁCS, 1986b, p. 76) que deriva desta interação, isto é, a conexão entre desenvolvimento econômico objetivo e desenvolvimento das capacidades humanas é obra do próprio ser humano que, através de seus atos alternativos concretos, cria os meios, as condições de sua própria reprodução e, também, da reprodução de sua espécie. A totalidade destes atos alternativos consolida-se com o tempo num “complexo dinâmico objetivo”, regido por leis próprias: o complexo econômico. Os valores aí continuamente produzidos tornam-se crescentemente complexos em relação ao valor de uso, mas, isto, todavia, não elimina a objetividade de tais valores. Os valores econômicos superiores são tão objetivos quanto o valor elementar que conforma a sua base ineliminável, o valor de uso. Valor de uso e valores econômicos superiores, como, por exemplo, o valor de troca, o dinheiro, etc., constituem uma unidade ontológica indissolúvel no plano do ser. O caráter de ser desta unidade consiste do fato ontológico fundamental de que a economia, até mesmo aquela mais avançada, complexa e mediada, resulta de posições teleológicas singulares, alternativas, do trabalho.

III Dever e valor não-econômico

Na acepção lukácsiana, os valores econômicos superiores estão inseparavelmente ligados à forma valor elementar, o valor de uso. Ambas as formas de valor são, no plano do ser, formas objetivas de objetividade social. Tal objetividade funda-se na essência do trabalho enquanto metabolismo da sociedade com a natureza, todavia, vai além desta conexão elementar, inicial.

O trabalho, por sua essência, produz uma consequência ontológica fundamental para a continuidade do ser social: por relacionar-se diretamente com a satisfação das necessidades da reprodução humano-biológica, promove, de fato, o desenvolvimento posterior do ser humano ao propiciar o simultâneo desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas. Este desenvolvimento posterior do ser humano, em termos mais amplos, da própria totalidade do ser social, tendo por base as decisões-alternativas dos indivíduos singulares, se conecta de modo inseparável ao aparecimento de novos complexos so-

ciais parciais que, ao lado das suas respectivas categorias, relações, etc. continuamente surgem no ser social. Estes novos complexos, cujo fundamento último é o próprio trabalho, se reproduzem de modo inseparavelmente articulado, de mais perto ou de mais longe, com a esfera econômica. Os valores que eles trazem à existência, embora de caráter distinto, sempre pressupõe o ser dos valores econômicos, portanto, pressupõe, também, o valor de uso. Tendo isto sempre em conta, podemos dizer que, com base em Lukács, a relação entre valores não-econômicos e esferas não-econômicas é ainda mais complexa e, por isso, possui uma qualidade diferente. Isto, todavia, não implica uma ruptura com a continuidade do ser social, tampouco a eliminação do caráter de objetividade dos valores que passam a existir.

Na medida em que a práxis social evolui, surgem continuamente, no ser social, novos complexos sociais parciais. Os elementos últimos cuja síntese consubstancia estes complexos são, sabemos, as posições teleológicas alternativas dos indivíduos singulares. Os complexos sociais parciais surgem para regular e mediar a reprodução social que, em consequência disso, se torna crescentemente rica, complexa e mediada.

Característico da existência dos complexos sociais parciais é que, ainda que a sua gênese seja uma exigência da própria base econômica para tornar cada vez mais satisfatória a reprodução social, cada complexo social parcial possui, em relação à economia, autonomia relativa e seu desenvolvimento específico implica, por isso, um distinguir-se cada vez mais de sua base. Neste sentido, os complexos sociais parciais revelam-se, pois, formas de ser em “oposição”⁸ ao complexo determinante da reprodução social na sua totalidade: a economia.

Para Lukács, por serem formas em “oposição” ao complexo econômico enquanto base ineliminável da totalidade social, o aparecimento de certos complexos sociais parciais pode se tornar, no plano objetivo social, “fontes de ineludíveis conflitos de valor [*Wertkonflikte*]” (LUKÁCS, 1986b, p. 80–81). De imediato, tais conflitos nos interessam na medida em que manifestam no seu interior formas concretas específicas do dever e do valor não-econômico.

Para discorrermos sobre formas do dever e do valor não-econômico precisamos antes enfatizar alguns aspectos da relação que se desdobra entre os valores econômicos.

A interação entre a forma elementar do valor, o valor de uso, e os valores econômicos superiores como o valor de troca, vimos, produz consequências cuja realidade objetiva do seu caráter de valor vai além desta conexão elementar. Já o valor de uso como produto do trabalho

⁸Cf., Lukács (1986b, p. 80) – [*Gegensätzlichkeit*].

traz à existência a utilidade como valor fundamental. Este, na medida em que se relaciona diretamente com a satisfação de necessidades, “põe em movimento no ser humano que o realiza um processo cuja intenção objetiva” (LUKÁCS, 1986b, p. 77), quer ele sabia ou não, “é voltado a promover na realidade o desenvolvimento posterior do ser humano”. As consequências deste “processo” na esfera econômica expressam-se no fato de que “no valor econômico [*ökonomischen Werts*] se verifica, assim, uma elevação qualitativa em relação ao valor [*Werts*] que já existia imanente na atividade simples, produtora de valor de uso [*Gebrauchswert*].” Tal elevação resulta, segundo Lukács, num “duplo movimento contraditório”.

A respeito desse “duplo movimento contraditório”, comenta o filósofo:

Temos, assim, um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor [*Nützlichkeitscharakter des Werts*] sofre um aumento no universal [*Steigerung ins Universelle*], no domínio de toda a vida humana, e este tornar-se simultaneamente sempre mais abstrato da utilidade [*Nützlichkeit*], sempre mediado, elevado à generalidade [*Allgemeinheit*], em si completamente contraditório como o valor de troca [*Tauschwert*] assume o papel de guia no movimento social dos humanos. Na verdade, nunca se deve esquecer, que o tornar-se vigente do valor de troca pressupõe sempre o valor de uso como a sua base. O elemento novo é, então, um desenvolvimento completamente contraditório, dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese, nunca a sua simples negação abstrata. De outro lado, este mesmo desenvolvimento, que conduz a formações realmente sociais como o capitalismo e o socialismo, é em-si completamente contraditório, coisa extremamente importante e fecunda: a sociabilidade desenvolvida da produção conduz a um sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em-si mesmo, do econômico, no qual uma práxis real é possível só quando está orientada a finalidades econômicas imanentes e à correlativa pesquisa dos meios (LUKÁCS, 1986b, p. 77–78).

Para Lukács, portanto, “o caráter de utilidade do valor” conduz a um processo de universalização do valor de troca. Na medida em que

este se generaliza, a utilidade vai se tornando ela própria cada vez mais abstrata. O valor de troca assume, por fim, a função de guia das relações sociais entre os humanos, tornando-se o momento predominante do processo econômico. Mas, o valor de troca só pode cumprir esta função porque tem como seu pressuposto ineliminável de ser o valor de uso. O que caracteriza esta nova situação é o fato de que determinações originárias como a “relação-valor”, o “princípio do governo de tempo”, etc., pelo seu próprio desenvolvimento dialético, terminam por assumir um curso dialeticamente contraditório que culmina com o capitalismo desenvolvido.

Segundo Lukács, o desenvolvimento do ser social não poderia existir e operar sem produzir necessariamente desigualdades e contradições. Ocorre então, que o mesmo processo que, na sua essência, é voltado a promover na realidade o desenvolvimento posterior do ser humano, pelas desigualdades e contradições que necessariamente se colocam, ao alcançar a sua forma social madura, produz desigualdades e contradições tais que terminam por se revelar sérios obstáculos à continuidade do desenvolvimento do próprio ser humano.

A socialidade desenvolvida da produção produz, pois, “um sistema imanente, que repousa em-si mesmo, fechado em-si mesmo, do econômico”: o sistema do capital. Caracteriza a essência deste sistema o fato de que para a sociedade capitalista “uma práxis real é possível só quando está orientada a finalidades econômicas imanentes e à correlativa pesquisa dos meios”, em outras palavras, à reprodução do próprio capital (LUKÁCS, 1986b, p. 78).

Do ponto de vista objetivo, como sempre, mais uma vez, é no próprio ser do ser humano, já que ele é o iniciador e o resultado final da totalidade deste processo, que não apenas o movimento, mas, também, as contradições e as desigualdades que o constitui se manifestam. Neste sentido, argumenta Lukács:

A expressão *homo oeconomicus* não surge por acaso, e nem mesmo por equívoco; ela apresenta em termos adequados e plásticos o necessário comportamento imediato do ser humano num mundo onde a produção é tornada social (LUKÁCS, 1986b, p. 78).

Mas, tal comportamento é apenas “o necessário comportamento imediato”, uma vez que, como demonstra Lukács, o desenvolvimento econômico não é, do ponto de vista da sua totalidade, um desenvolvimento teleologicamente posto. Ainda que possua como seus elementos últimos as posições teleológicas singulares dos indivíduos singulares, a

síntese destas posições em cadeias causais só pode resultar num movimento causal-espontâneo que não tem, por isso, uma intenção *a priori* determinada.

Conforme Lukács, os modos fenomênicos necessários de se apresentar desta síntese de posições, que são sempre históricos e, por isso, concretamente determinados, pode trazer à existência “rigorosas antíteses” entre progresso econômico objetivo e suas consequências sobre os indivíduos singulares.

Para nós interessa agora, especialmente, as formas de manifestação destas “rigorosas antíteses” na sua relação com os valores não-econômicos e, por isso, temos de destacar um aspecto importante que se revela nesta relação: o da conflitualidade de valores.

Com o fim do comunismo primitivo são dadas as bases da constituição da sociedade de classes. O desenvolvimento econômico da sociedade de classes implica, por necessidade, que os indivíduos enquanto membros da sociedade, na medida em que tomam decisões relativas à sua vida, vinculam-se a uma determinada classe social. Em consequência disto, suas decisões passam a ser fortemente determinadas pelo seu pertencimento a uma classe e, também, pela sua participação na luta de classes. Com o aparecimento da sociedade de classes, o conteúdo das alternativas sociais adquire, então, um novo elemento: ele agora aparece vinculado à existência de uma determinada classe social, aos seus interesses gerais, aos valores que ela produz como classe, etc. Como a existência de classes sociais se relaciona, no plano objetivo, com a divergência de interesses tanto materiais, quanto espirituais das classes, com o aparecimento das mesmas, na esfera social: abre-se “um espaço para fenômenos conflituais” (LUKÁCS, 1986b, p. 82)⁹.

Esta constituição ontológica da esfera econômica e seus resultados objetivos lançam luz sobre a sua relação com os outros domínios da práxis humana. O que é importante para nós agora, por isso, é a sua relação com outros valores da práxis social e até com posturas teóricas ligadas à práxis.

Se analisarmos, pois, como se apresentam objetivamente estas “rigorosas antíteses” do ponto de vista da relação entre as posições teleológicas singulares econômicas e as posições teleológicas singulares não mais econômicas, por exemplo, aquelas morais, veremos que esta interação se manifesta, em geral, num antagonismo de valores.

⁹É preciso aqui lembrar que os conflitos não são manifestações sociais existentes apenas nas sociedades de classe, também as sociedades sem classes experimentaram, a seu modo, o desenvolvimento destas formas objetivas de objetividade social. Todavia, o que diferencia essencialmente os conflitos sociais existentes numa e noutra formação social é que eles, nas sociedades de classes, se desenvolvem fundamentalmente sobre a base do conflito entre capital e trabalho.

Para Lukács, este desenvolvimento antitético se relaciona com o fato de que

[...] enquanto a posição alternativa em relação ao desenvolvimento econômico como tal, mais ou menos no modelo do trabalho simples, é largamente unívoca [*eindeutig*], nas tomadas de posições morais para os efeitos da economia sobre a vida parece dominar um antagonismo de valores [*Werte*] (LUKÁCS, 1986b, p. 81).

Este “antagonismo de valores” tem por base o próprio desenvolvimento econômico. Na esfera econômica, enquanto a posição alternativa é, “mais ou menos no modelo do trabalho simples”, “largamente unívoca [*eindeutig*]” (LUKÁCS, 1986b, p. 81), se dirige de forma mais direta à objetivação do valor – ainda que os conflitos de classes constantemente adentrem este processo tensionando o espaço da sua realização, – no plano humano-moral, ou seja, nas tomadas de posições morais para os efeitos da economia sobre a vida humana, tal antagonismo assume, frequentemente, o caráter de dever.

Na sociedade dividida em classes, diz Lukács,

[...] as alternativas cujo objetivo é a realização de valores muito frequentemente assumem [...] a forma de insolúveis conflitos, enquanto o conflito não se dá simplesmente entre o reconhecimento de um valor como o que? e como? da decisão, mas, se apresenta, na práxis, como conflito entre valores concretos, concretamente em vigor [...] (LUKÁCS, 1986b, p. 82).

Na sociedade de classes, com frequência, “a alternativa é uma escolha entre valores que disputam um com o outro” (LUKÁCS, 1986b, p. 82). A manifestação destes “fenômenos conflituais” que geram distintos valores e, conseqüentemente, distintas formas de práxis, também, no plano da análise teórica, podem ser capturadas nos seus variados modos de se manifestar. Lukács cita, por exemplo, Balzac, que com sua perspicácia soube apreender, no plano teórico, como, de modo contraditório, os humanos avaliam moralmente os efeitos do desenvolvimento capitalista sobre suas vidas.

Balzac, historiador agudo do desenvolvimento capitalista na França, mostra, no comportamento

de Birotteau, a falência em face dos costumes capitalistas da época e, embora os seus motivos psicológico-morais sejam dignos de respeito, também a falência continua como algo negativo no plano do valor [*wertmäßig*], enquanto que o fato de o seu coadjutor e hábil genro Popinot ser capaz de resolver os mesmos problemas econômicos é, com razão, avaliado positivamente. Não por acaso Balzac, e é esta a sua característica lucidez, na história sucessiva de Popinot, apresenta de modo implacavelmente negativo as sombras humano-morais dos seus sucessos econômicos (LUKÁCS, 1986b, p. 81).

Como ressalta Lukács, o caráter das alternativas não mais econômicas, neste caso aquelas humano-morais, nem sempre é tão claramente compreensível. Quanto mais afastados da base econômica estão os valores em questão, tanto mais difícil se torna a apreensão do seu autêntico caráter de ser. Porém, quando se trata daqueles valores que estão em determinação reflexiva imediata com a base econômica, a apreensão de sua univocidade se torna um tanto mais evidente. A propósito de tal univocidade, argumenta Lukács:

Uma univocidade como aquela descrita [na esfera econômica] pode existir só quando o processo econômico em sua objetividade opera, por assim dizer, como “segunda natureza” e quando, ao mesmo tempo, o conteúdo da alternativa, a qual o indivíduo [*Individuums*] em questão se encontra de frente, é totalmente ou predominantemente concentrado no campo econômico propriamente dito. De outro modo, a contraditoriedade – muitas vezes diretamente antagônica – entre o próprio processo econômico e as suas formas de manifestação humano-sociais vêm em primeiro plano. Já na antiga Roma este dilema entre valores era enunciado com clareza por Lucano: *Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni*. E basta pensar na figura de Dom Quixote, onde esta tensão entre a apaixonada rejeição da necessidade objetivamente progressiva do desenvolvimento social e a também apaixonada adesão à integridade moral do gênero humano, ainda na forma daquilo que é definitivamente ultrapassado, aparece concentrada no mesmo personagem como união de loucura grotesca e de sublime pureza de alma (LUKÁCS, 1986b, p. 82).

Para Lukács, as raízes ontológicas de toda esta conflitualidade só podem ser encontradas nos fundamentos ontológicos do ser social. “A legalidade imanente à economia não só produz estes antagonismos entre a essência objetiva do próprio processo e as concretas formas que ele assume na vida do ser humano, mas faz do antagonismo um dos fundamentos ontológicos do próprio desenvolvimento como um todo” (LUKÁCS, 1986b, p. 82).

A oposição entre desenvolvimento econômico, o aparecimento de novos complexos sociais parciais e as formas contraditórias de valor que das interações entre estes surgem é, pois, “apenas um importante momento do conectar-se” do ser social (LUKÁCS, 1986b, p. 80). É o próprio desenvolvimento econômico objetivo que produz estas formas concretas de interação, de oposição, de inter-relação, etc. O predomínio do econômico no processo reprodutivo-social expressa tão-somente um simples estado de fato ontológico: uma determinada forma do ser é a insuprimível base ontológica de outra, e esta relação não pode ser nem inversa, nem recíproca. Tal constatação é em-si completamente sem julgamento e, por isso, não se relaciona com hierarquia de valor. À economia cabe a função ontologicamente primária, fundante do ser social, já que contém dentro dela o trabalho e, em face dos complexos sociais parciais existentes, possui prioridade ontológica.

Quando, todavia, nos voltamos para a totalidade que é o ser social, vemos que é na vida cotidiana, através de sua práxis social, que os humanos realizam os valores. Segundo Lukács, cada posição prática, equivale dizer, cada posição teleológica, por necessidade imanente, é aí “intencionada – positiva ou negativamente – a um valor” (LUKÁCS, 1986b, p. 83).

Na acepção lukácsiana, todo valor, até mesmo aqueles já bastante espiritualizados como a moral, possui, em última instância, um ser objetivo. No percurso frequentemente muito mediado do tornar-se objetivo do valor, não raro, ocorre que o próprio valor “se torna objeto de posições teleológicas”. No ser social já desenvolvido é esta sua “condição” de ser “objeto de posições teleológicas” que predominantemente intervém para que o valor se realize. Somente quando se tornam “objeto de posições teleológicas” os valores adquirem relevância ontológica na sociedade.

Em estágios mais evoluídos da socialidade, para adquirir objetividade, o valor que se tornou “objeto de posições teleológicas” perfaz um movimento peculiar que não corresponde mais àquele de sua gênese ontológica. Ou seja, já não brota mais diretamente apenas do processo de trabalho, tampouco sua forma imediata de manifestar-se se reduz à

utilidade. Agora, como argumenta Lukács, “a legítima fonte da gênese é, ao invés, a ininterrupta transformação da própria estrutura do ser social, e é desta transformação que brotam diretamente as posições que realizam o valor” (LUKÁCS, 1986b, p. 83).

Todavia, o predomínio que a totalidade necessariamente exerce sobre os atos teleológicos singulares impõe aos humanos limites quanto às posições de valor que devem realizar. Em outros termos: “os homens fazem por si a sua história, mas não podem fazê-la nas circunstâncias escolhidas por eles” (LUKÁCS, 1986b, p. 83). É o desenvolvimento da própria totalidade que é o ser social, na sua estrutura geral, que põe as condições, as possibilidades concretas imprescindíveis à realização do valor e em face das quais os indivíduos singulares reagem com decisões concretas tornando o valor assim efetivo. Diz Lukács:

Os seres humanos respondem por si – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhes são postas a cada vez pelas possibilidades do desenvolvimento social. E aqui já está contido o valor (LUKÁCS, 1986b, p. 83).

Ao passo em que respondem, de modo mais ou menos consciente, mais ou menos correto, às alternativas concretas postas pela totalidade social, os humanos vão realizando o valor. Os atos teleológicos que deste processo resultam vão se agrupando em cadeias causais que ao se sintetizarem “se ligam à aceitação ou à recusa de um valor” (LUKÁCS, 1986b, p. 83).

Quando consideramos, desde a gênese do ser social, a relação entre a síntese social que resulta dos atos teleológicos e a ligação desta com a “aceitação ou recusa” de um valor, vemos que o principal valor que daí resulta é “o domínio do ser humano sobre os seus afetos”. Argumenta Lukács,

Não resta dúvida, por exemplo, que o domínio do ser humano sobre os próprios afetos como resultado [*Ergebnis*] do trabalho é um valor, mas, este domínio já está contido no próprio trabalho e pode deste modo se tornar socialmente real, sem assumir por força imediata uma forma consciente e afirmar-se como valor no ser humano que trabalha. É um momento do ser social e, por isso, existe e age realmente mesmo quando não atinge totalmente ou apenas parcialmente a consciência. (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

Por forças das coisas, o próprio trabalho, ao lado da divisão do trabalho, impulsiona espontaneamente este valor – “o domínio do ser humano sobre os seus afetos” – a se desenvolver. Nos estágios iniciais de desenvolvimento do ser social, tal valor pode “se tornar socialmente real” sem que tenha de “assumir por força imediata uma forma consciente”, isto é, quer saibam ou não, os humanos o realizam na medida em que desenvolvem o trabalho e a divisão do trabalho, e tal valor, por isso, termina por “afirmar-se como valor no ser humano que trabalha”. Como o trabalho e a própria divisão do trabalho enquanto momentos insuprimíveis do ser social são os meios pelos quais se realiza tal valor, este, “existe e age realmente mesmo quando não atinge totalmente ou apenas parcialmente a consciência” (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

Todavia, a “passagem à consciência” é um momento imprescindível do explicitar-se de tal valor. O desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho torna este fato inevitável. Por isso, tal passagem “não acontece por acaso, do ponto de vista social”. Sabemos que o valor “é uma relação social entre finalidade, meio e indivíduo e, por isso, possui um ser social” (LUKÁCS, 1986b, p. 84). Como cada um destes elementos que constitui “a relação valor” (isto é, finalidade, meio e indivíduo), possui não apenas um ser social diferente, mas, também, autonomia relativa em relação aos demais, por conta disso, a independência que cada um destes elementos possui, pode fazer com que, quando voltada a sua atuação novamente para o núcleo da interação específica que conduz à realização do valor, o próprio valor assuma as mais variadas formas.

Em outras palavras, para Lukács, “o domínio do ser humano sobre os seus afetos”, ainda que tenha a sua gênese vinculada ao processo de trabalho, na medida em que o ser social se desenvolve, se torna como tal “objeto de posições teleológicas”. Este seu tornar-se “objeto de posições teleológicas” implica que, o domínio dos afetos humanos se tornou objeto para a ação de outros seres humanos, que agora pode realizar tal valor para os mais diversos fins e pelos mais diferentes meios. Este fato produz consequências muito importantes para a continuidade do ser social.

No entanto, o domínio dos afetos humanos enquanto valor contém “ao mesmo tempo um elemento de possibilidade” já que se liga diretamente à consciência, à interioridade humana etc. que, por sua vez, se torna objeto de posições de valor. Isto significa, portanto, que ainda que tal valor se torne objeto de posições teleológicas, a ação sobre o mesmo pode, ou não, conduzi-lo à objetivação.

Para adquirir objetividade social, tal valor tem de agir sobre a práxis humana. Nela, o valor “determina apenas o campo de resolução das alternativas concretas, seu conteúdo [*Gehalt*] social e individual, as direções nas quais podem ser resolvidas as questões que estão presentes nelas” (LUKÁCS, 1986b, p. 84). Todos estes aspectos não podem deixar de estar conectados à totalidade social que, por sua vez, possui, em cada momento histórico-concreto, determinações específicas, particulares. São as determinações específicas, particulares da totalidade social sobre o valor que determinam, em última instância, o seu caráter concreto de ser. Por conta da determinação da totalidade social sobre o processo de realização do valor, o desdobramento do seu ser-em-si ao seu ser verdadeiro ser-para-si só pode se revelar na práxis. É na práxis, mediante os atos que o realizam, que o valor adquire objetividade. Contudo, “tal realização, inevitável para que o valor adquira, afinal, realidade, permanece, na práxis humana, indissociável do próprio valor. É o valor que dá à sua realização as determinações que lhe são próprias, não o contrário” (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

Porém, ressalta Lukács,

Isto, todavia, não deve ser entendido no sentido de que do valor possa ser “deduzida” idealmente a sua realização, que a realização seria simplesmente o seu ser “produto do trabalho” humano. As alternativas são fundamentos insuprimíveis da práxis humano-social somente em abstrato, jamais realmente, podem ser separadas da decisão do indivíduo. No entanto, o significado que esta resolução das alternativas assume para o ser social depende do valor, ou para melhor dizer, do complexo concreto das possibilidades reais de reagir praticamente à problematidade de um *hic et nunc* histórico-social (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

Para Lukács, ainda que o valor tenha sua gênese ontológica fundada pelo trabalho, o processo do seu desenvolvimento, isto é, o movimento que conduz do seu ser-em-si a seu ser-para-si cada vez mais ricamente mediado e complexo, não se limita ao fato ontológico de tal gênese. Quanto mais o processo reprodutivo social progride e, em consequência disso, a totalidade social vai se fazendo cada vez mais complexa e mediada, por conta do aparecimento de novos complexos sociais parciais, de novas relações sociais, etc., tanto mais o valor, fundado no trabalho, mas, tornado relativamente autônomo em relação a ele, se

diferencia. A base de tal diferenciação consiste em que o valor é sempre e inevitavelmente ligado às alternativas concretas que constituem os fundamentos da práxis humano-social e que, por sua vez, não podem ser jamais separadas da decisão do indivíduo singular. Assim, no ato de tornar concretas tais alternativas, a resolução encaminhada, coletiva ou individualmente, não pode ser jamais separada do valor, em termos mais amplos, do complexo concreto de possibilidades realmente existente em cada época.

Deste modo, aquelas decisões que realizam na sua forma mais pura estas possibilidades reais – afirmando ou negando o valor – assumem, em cada fase do desenvolvimento, uma exemplaridade positiva ou negativa. Exemplaridade que nos estágios primitivos se transmite por tradição direta, oral. Heróis do mito se tornaram aqueles que a estas alternativas – culminando em valores – próprias da vida da tribo responderam num nível de exemplaridade humana tal que a resposta se tornou – como modelo positivo ou negativo –, socialmente e duravelmente, significativa para a reprodução daquela vida e, deste modo, parte constitutiva daquele processo de reprodução na sua mudança e conservação [*Wandel und Sichbewahren*] (LUKÁCS, 1986b, p. 84).

Segundo a concepção lukácsiana, só quando observamos este movimento dinâmico do valor de um ponto de vista histórico mais amplo podemos identificar o seu caráter ontologicamente unitário. O caráter autêntico do valor, aquilo que o diferencia enquanto tal, suas correspondentes formas de realização, etc., assim como as suas variadíssimas formas de mudança e de conservação ao longo da evolução do processo reprodutivo social, somente pode ser compreendido no âmbito da totalidade que é o ser social: “o ser do ser social se conserva como substância no processo de reprodução; este é, porém, complexo e síntese de atos teleológicos, os quais de fato se ligam à aceitação ou à recusa de um valor” (LUKÁCS, 1986b, p. 83). É na totalidade que a substância¹⁰ do ser social se revela.

¹⁰A substância social possui um “caráter essencialmente dinâmico”. A propósito de tal caráter argumenta Lukács: “A substância é aquilo que na contínua mudança das coisas [*Dinge*], mudando ela mesma, é capaz de conservar-se na sua continuidade. Este dinâmico conservar-se não está, porém, necessariamente ligado a uma “eternidade”: as substâncias podem surgir e perecer, sem que, por isso, desde que se mantenham dinamicamente no período de tempo da sua existência, deixem de ser substâncias” (LUKÁCS, 1986b, p. 83).

Segundo Lukács, a diversidade das formas concretas de manifestar-se do valor, que estão insuprimivelmente ligadas à sua base ontológica, não pode deixar de expressar aspectos característicos da substancialidade do ser como a “conservação” e a “mudança”. Diz ele:

É sabido por todos que existem resoluções pessoais para alternativas sociais da época dos mitos que sobreviveram até os dias atuais. A mera permanência [*Erhaltenbleiben*] exprime, todavia, apenas um lado deste processo. Igualmente importante é que ela se torna possível somente quando se pode verificar uma ininterrupta mudança de interpretação, isto é, uma mudança no seu uso como modelo para a práxis de cada época. Que nos tempos primitivos isto se desse através da transmissão oral, mais tarde, através da criação poética e artística etc. não tem nenhuma importância com relação à questão de fundo que aqui nos interessa (LUKÁCS, 1986b, p. 85).

Permanência e mudança, formas igualmente existentes da substância do ser social, também se expressam no fato de que “uma ação orientada para uma alternativa social, embora mudando continuamente nos detalhes concretos, na interpretação etc., mesmo assim, se conserva como ação que continua a ser essencial para o ser social” (LUKÁCS, 1986b, p. 85). O valor contido em tal alternativa permanece uma forma social existente ainda que haja contínuas mudanças no seu uso como modelo para a práxis de cada época.

O fato de que isto aconteça na forma de uma alternativa individual e não, como em outros campos de valor [*Wertgebieten*], na forma de ordem ou proibição, exprime o caráter específico do valor que se realiza: sua tendência que brota diretamente da personalidade humana, sua autovvalidação como continuidade do núcleo íntimo da espécie humana (LUKÁCS, 1986b, p. 85).

Mas, “a verdadeira relação social se revela, antes de tudo, no fato de que o momento, por excelência, decisivo da mudança, da reinterpretação, é sempre ancorado nas necessidades sociais de cada época. São estas necessidades que estabelecem se e como a alternativa assim fixada deve ser interpretada” (LUKÁCS, 1986b, p. 85). Como afirma Lukács,

Não é a descoberta da verdade histórica eventualmente ali contida que possui importância. Nós sabemos muito bem que, o Brutus da lenda não corresponde à verdade histórica; mas, isto não enfraquece em nada a eficácia do personagem shakespeariano, enquanto que as avaliações [*Bewertungen*] opostas (Dante) estão também fundadas nas necessidades da sua época (LUKÁCS, 1986b, p. 85).

O “valor na sua objetividade social é”, pois, “componente orgânico” (LUKÁCS, 1986b, p. 85) da substância do ser social. Seu desenvolvimento como permanência e mudança é condição do seu próprio ser socialmente existente e, por isso, do mesmo modo, produto do desenvolvimento social. Como “componente orgânico” da substância social exerce determinação sobre a totalidade social, ainda que esta seja, em última instância, o momento predominante sobre os valores. Seu caráter objetivo de ser se manifesta na própria totalidade do desenvolvimento social¹¹.

Dado o seu caráter contraditório de ser, os valores, frequentemente, se desdobram “em oposição aberta com a própria base econômica e, também, entre si”. Sua existência “se manifesta na forma de um dever socialmente e factualmente obrigatório”, pense-se, por exemplo, no caso do Direito, do Estado, da religião, etc. A estas formas de dever “é necessariamente intrínseca a sua pluralidade”. Todavia, as interações recíprocas que se desdobram entre os valores, que vai da heterogeneidade à oposição, apenas *post festum* pode ser racionalmente compreendida. Quando assim analisados, não só o seu caráter de ser se revela, mas, também, “a uniformidade contraditória, a desigual univocidade do processo histórico-social como um todo” (LUKÁCS, 1986b, p. 86). Diz Lukács:

Na sua determinação objetivo-causal este forma o movimento da totalidade [*Ganzheit*]; no entanto, porque é construído pela síntese causal de posições alternativo-teleológicas, cada momento que, imediata ou mediata, o funda ou o obstaculiza, deve sempre ser feito de posições alternativo-teleológicas. O valor destas posições é decidido por sua verdadeira intenção, tornada objetiva na práxis, intenção que pode orientar-

¹¹“A objetividade dos valores consiste em que eles são componentes moventes e movidos do desenvolvimento social como um todo” (LUKÁCS, 1986b, p. 85).

se para o essencial ou para o contingente, para aquilo que leva para diante ou que freia etc. Do mesmo modo que, no ser social, todas estas tendências estão presentes e realmente ativas, e dado que, por isso, elas produzem no ser humano que age alternativas em diversas direções, em diversos níveis etc. (LUKÁCS, 1986b, p. 86).

A diversidade de tendências, direções, níveis, etc. para os quais se dirigem o valor existente e atuante em cada posição-alternativo teleológica poderia dar a entender que os valores são no plano do ser algo apenas relativo. Todavia, para Lukács, até mesmo este ser relativo dos valores na esfera social corresponde à sua própria essência de ser. No plano dos valores, “o fenômeno da relatividade não é, de modo nenhum, casual. Ele contribui, também, para fazer permanecer viva, pelo menos em parte, nas perguntas e nas respostas, uma tendência à autenticidade” (LUKÁCS, 1986b, p. 86).

Já que “a alternativa de uma dada práxis, de fato, não consiste apenas no dizer ‘sim ou não’ a um determinado valor, mas, também, na escolha do valor que forma a base da alternativa concreta e os motivos pelos quais se assume esta posição nos seus confrontos” (LUKÁCS, 1986b, p. 86), toda alternativa se liga, de muitos modos, ao valor econômico socialmente produzido.

Sabemos: o desenvolvimento econômico é a espinha dorsal do progresso efetivo. Por isso, os valores determinantes, que no processo se conservam, são, por isso, sempre – consciente ou inconsciente, imediata, ou eventualmente com amplas mediações – referidos a ele (LUKÁCS, 1986b, p. 86).

Todavia, para o caráter de ser de tal ligação “faz uma diferença objetiva importante quais momentos deste processo como um todo pensa-se e encontra-se na respectiva alternativa” (LUKÁCS, 1986b, p. 86) e, se, afinal, ela reforça ou nega o valor econômico que está na sua base.

Desta maneira, os valores se conservam ininterruptamente renovando-se no processo social como um todo, desta maneira, eles se transformam, a seu modo, para ser, componentes do ser do ser social no seu processo de reprodução, elementos do complexo: ser social (LUKÁCS, 1986b, p. 86).

Portanto, conforme Lukács, ainda que estejam no interior do processo reprodutivo social muito distante do trabalho, os valores não podem romper jamais a sua ligação insuprimível com esta base. Este é um estado de fato ontológico que nem mesmo a complexificação do ser social pode eliminar. Mesmo no caso de valores como a moral, onde “a alternativa no imediato já se tornou puramente íntima, na base da intenção das decisões, existe sempre objetivamente determinações da existência social”, em última instância, determinações do próprio desenvolvimento econômico, que sempre exerce força na sua realização. Por isso, “o valor realizado na práxis não pode deixar de ter um caráter social objetivo” (LUKÁCS, 1986b, p. 86).

Neste sentido, argumenta Lukács:

Tomamos antes como exemplo o personagem de Brutus, onde esta conexão, este radicar-se do valor no ser social é inteiramente evidente. O mesmo ocorre, e talvez com evidência ainda maior, se recordamos que Prometeu aos olhos de Hesíodo era um sacrílego justamente punido pelos deuses, enquanto que depois da tragédia de Ésquilo ele continua a viver na consciência da humanidade na figura de um benéfico portador da luz. Se acrescentarmos ainda que o pecado original do Velho Testamento (N.B.: com o trabalho como punição) e a correlata doutrina cristã sustentaram com maior eficácia social o ponto de vista de Hesíodo, teremos, diante de nós, um quadro muito claro para compreender como as alternativas neste caso tinham em seu conteúdo uma escolha: o ser humano produz a si mesmo como humano, ou deve ver-se como produto a serviço de potências transcendentais, pelo que cada ação autônoma, fundada no próprio ser humano, na sua socialidade, não pode deixar de esconder em si um sacrilégio contra as potências superiores (LUKÁCS, 1986b, p. 86–87).

Lukács, assim, demonstra a unitariedade última do valor cuja base ineliminável de ser é a base econômico-social.

Referências

- ANDRADE, M. *Trabalho e totalidade social: o momento predominante da reprodução social na ontologia de Lukács*. Dissertação (Mestrado), UFAL, Maceió, 2011.
- ANDRADE, M. Trabalho e totalidade social: qual o momento predominante da reprodução social? *Anuário Lukács*, Instituto Lukács, São Paulo, 2014.
- ANDRADE, M. *Ontologia, dever e valor em Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016a. v. 13.
- ANDRADE, M. *Lukács: reprodução social e valor*. Tese (Doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016b.
- LUKÁCS, G. Prolegomena Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins: Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie. In: *Georg Lukács Werke*. Frankfurt: Luchterhand Verlag, 1986a. v. 13.
- LUKÁCS, G. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. In: *Georg Lukács Werke*. Frankfurt: Luchterhand Verlag, 1986b. v. 14.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012. Traduzido por Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para a ontologia do ser social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a. v. 13. Traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade.
- LUKÁCS, G. *Para a ontologia do ser social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b. v. 14. Traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade.